



Conglomerado Prudencial Goldman Sachs

Pilar 3

Para o trimestre findo em 31 de março de 2021

ÍNDICE

	Página
Índice de Tabelas	3
Introdução	4
Contexto Operacional	5
Patrimônio de Referência	6
Gerenciamento de Riscos	10
Risco de Liquidez	14
Risco de Crédito	16
Risco de Mercado	20
Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária	23
Política de Divulgação de Informações	27

ÍNDICE DE TABELAS

		Página
Tabela KM1	Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais	09
Tabela OVA	Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição	10
Tabela OV1	Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)	13
Tabela LIQA	Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez	14
Tabela CRA	Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito	16
Tabela CR1	Qualidade creditícia das exposições	17
Tabela CR2	Mudanças no estoque de operações em curso anormal	17
Tabelas CRB	Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições	17
Tabela CCRA	Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)	18
Tabela SECA	Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de Securitização	19
Tabela MRA	Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado	20
Tabela MR1	Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado	22
Tabela OPD	Total da exposição associada a instrumentos financeiros derivativos	22
Tabela IRRBBA	Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB	23
Tabela IRRBB1	Informações quantitativas sobre o IRRBB	26

Introdução

Visão Geral

O Goldman Sachs Group, Inc. é um líder global em banco de investimento, valores mobiliários e gestão de investimentos que presta uma ampla gama de serviços financeiros a uma base de clientes substancial e diversificada que inclui corporações, instituições financeiras, governos e clientes pessoa física com elevado patrimônio líquido.

A Estrutura Revisada de Capital, descrita a seguir, exige novas divulgações com base no terceiro pilar da Basileia III (Pilar 3). O objetivo das divulgações do Pilar 3 é fornecer informações sobre as práticas de gestão de riscos e os índices de capital regulatório das instituições bancárias. Este documento destina-se a atender a essas exigências.

Em atendimento à Circular nº 3.930, de 14 de fevereiro de 2019 e à Resolução BCB nº 54, de 16 de dezembro de 2020, emitidas pelo Banco Central do Brasil, que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), de que trata a Resolução CMN nº. 4.193, de 01 de março de 2013 e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), de que trata a Resolução CMN nº. 4.192, de 01 de março de 2013, e às exigências da Resolução CMN nº. 4.557 de 23 de fevereiro de 2017, relativa ao gerenciamento de capital, encontram-se a seguir apresentadas as informações do Conglomerado Prudencial Goldman Sachs.

O mencionado normativo exige que as instituições financeiras no Brasil divulguem informações referentes à gestão de riscos e à adequação de seu capital a exposição aos riscos inerentes aos seus negócios. A medida dá continuidade ao processo de implementação das recomendações de Basileia III no Brasil.

As informações mínimas a serem divulgadas abrangem as estruturas de Gerenciamento de

Risco, o Patrimônio de Referência, as parcelas do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), os Índices de PR, de Nível 1, de Capital Principal e do Adicional de Capital Principal, as Operações Classificadas ou não na Carteira de Negociação, Exposições ao Risco de Crédito, Instrumentos Mitigadores, Risco de Crédito da Contraparte, etc.

As informações qualitativas devem ser atualizadas anualmente e as quantitativas trimestralmente.

Outras informações sobre a atuação do grupo Goldman Sachs no Brasil, incluindo o acesso às demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, podem ser acessadas através do site: www.goldmansachs.com.br

Contexto Operacional

O Conglomerado Prudencial Goldman Sachs (“Conglomerado Prudencial” ou “Conglomerado”) é composto pelo Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. (“Banco”) e por sua subsidiária integral Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Corretora”).

O Banco, parte integrante do Grupo Goldman Sachs (“Grupo”), iniciou suas atividades operacionais no final de 2006 e vem desenvolvendo plataforma para novos negócios relacionados às atividades financeiras do Grupo no Brasil e no exterior. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas do Grupo, atuando de forma integrada nos mercados financeiros nacional e internacional, sendo os benefícios dos serviços prestados e os custos comuns dessa estrutura apropriados a cada entidade correspondente.

Em 2008, o Banco passou a atuar como Participante de Liquidação Direta (PLD) da B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), passando a liquidar e custodiar suas operações de derivativos listados.

Em maio de 2008, o Banco Central do Brasil (“BACEN”) autorizou o Banco a constituir a Goldman Sachs do Brasil Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Corretora”), sua subsidiária integral, a qual recebeu em dezembro de 2008 autorização do Conselho de Administração da B3 para operar como corretora no segmento de ações na categoria pleno. O Banco, como líder, e a Corretora, sua subsidiária integral, formam o Conglomerado Prudencial Goldman Sachs (“Conglomerado Prudencial”).

Patrimônio de Referência

Gestão do Capital

Política Global de Manutenção de Capital

Em 31 de março de 2021, o Conglomerado Prudencial detinha níveis de capital superiores à exigência de capital regulatório mínimo, conforme definido na legislação em vigor.

Gestão do Capital do Conglomerado Prudencial no Brasil

Os níveis de capital do Conglomerado Prudencial são determinados, principalmente, pelos requisitos regulatórios, podendo ser também influenciados por outros fatores, tais como, expectativas de novos negócios e condições de mercado.

O mercado é suscetível às oscilações expressivas das variáveis financeiras mais importantes, como a taxa de câmbio, estrutura a termo da taxa de juros, risco país e agregados macroeconômicos (PIB). Além disso, o aumento da volatilidade nos mercados financeiros internacionais podem rapidamente alterar o cenário prospectivo para o Brasil. Portanto, é fundamental construir cenários macroeconômicos e discutir cenários alternativos para avaliar as consequências para as instituições financeiras no Brasil.

Desta forma, o processo de gerenciamento de capital é realizado de forma a proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos do Conglomerado Prudencial, levando em consideração o ambiente econômico e financeiro onde atua.

Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR)

O Acordo de Basileia foi introduzido no Brasil através da Resolução CMN nº 2.099, de 17 de agosto de 1994, conforme alterada.

A Resolução estabeleceu os conceitos de Limite Mínimo de Capital e de Patrimônio Líquido Exigido (PLE), tendo como principal objetivo enquadrar as práticas do mercado financeiro nacional aos padrões de solvência e liquidez internacionais.

Paralelamente às adequações e exigências de Basileia I, a Resolução CMN nº 2.802, de 21 de dezembro de 2000, introduziu o conceito de Patrimônio de Referência (PR) em substituição aos conceitos anteriores de Patrimônio Líquido e Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) para fins de verificação do cumprimento dos limites operacionais das instituições.

Através da nova regra, cuja atual base legal é dada pela Resolução CMN nº 4.192, de 01 de março de 2013, foi definido como Patrimônio de Referência o somatório de dois níveis de capital, Nível I e Nível II.

O Conglomerado Prudencial não possui instrumentos híbridos de capital e dívida, instrumentos de dívida subordinada ou demais instrumentos financeiros autorizados pelo Banco Central do Brasil a integrar os Níveis I e II do PR, bem como participação em instituição financeira no exterior ou excesso de recursos aplicados no Ativo Permanente onde seja necessária qualquer dedução conforme a Resolução CMN nº 4.192, de 01 de março de 2013.

O capital social subscrito e totalmente integralizado é representado, em 31 de março de 2021, por 1.528.096.500 (um bilhão, quinhentos e vinte e oito milhões e noventa e seis mil e quinhentas) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 1 (hum real) cada ação, em conformidade com a regulamentação aplicável.

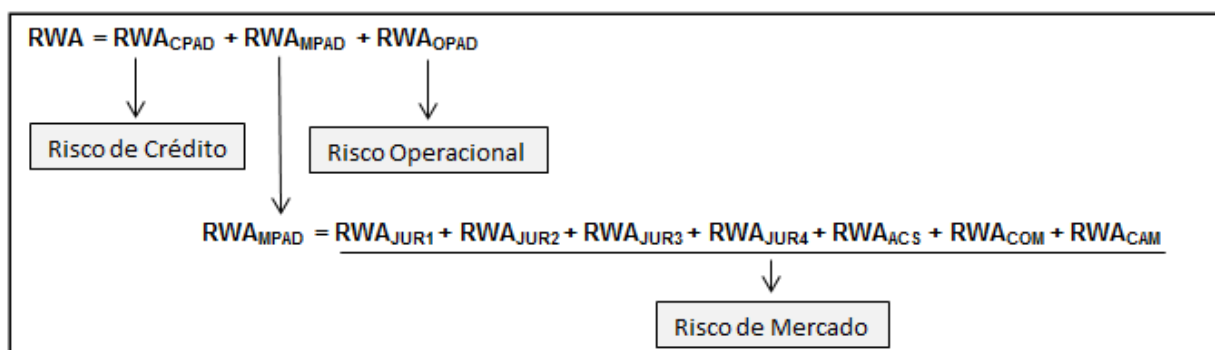
Detalhamento do Patrimônio de Referência Exigido e a Adequação do Patrimônio de Referência (PR)

A Resolução CMN nº 4.192, de 01 de março de 2013, estabeleceu o conceito e os critérios para apuração do Patrimônio de Referência (PR), constituído pelo somatório dos denominados Capital Nível I (compreende o Capital Principal e

o Capital Complementar) e Capital Nível II, para fins de cumprimento dos limites operacionais.

A Resolução CMN nº 4.193, de 01 de março de 2013, divulgou a nova fórmula para apuração do requerimento mínimo de capital, que passa a ser chamado de Patrimônio de Referência Exigido (PRE), onde:

Tabela 1: Detalhamento do Montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA)



Sendo:

- **RWA** = montante dos ativos ponderados pelo risco.
- **RWA_{CPAD}** = parcela do montante dos ativos ponderados pelo risco referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada.
- **RWA_{MPAD}** = parcela do montante dos ativos ponderados pelo risco referente às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada, classificadas na carteira de negociação:
 - **RWA_{JUR1}** = corresponde às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real, cujo capital é calculado mediante abordagem padronizada.
 - **RWA_{JUR2}** = corresponde às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras, cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada.
 - **RWA_{JUR3}** = corresponde às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços, cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada.
 - **RWA_{JUR4}** = corresponde às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de taxas de juros, cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada.
 - **RWA_{ACS}** = apurado referente ao risco das operações sujeitas à variação do preço de ações e índice de ações, correspondente a soma algébrica das frações **RWA_{ACS}** relativas a cada país onde a instituição apresenta exposição desta natureza.
 - **RWA_{COM}** = correspondente às exposição da parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação do preço de mercadorias (commodities), negociados nos mercados de bolsas ou balcão organizado, inclusive instrumentos financeiros derivativos,

com exceção das operações referenciadas em ouro ativo financeiro ou instrumento cambial, cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada.

- RWA_{CAM} = corresponde às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em

ativos sujeitos à variação cambial cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada.

- RWA_{OPAD} = cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada de que trata a Resolução nº 4.193, de 1 de março de 2013.

O Conglomerado Prudencial adota as seguintes abordagens para a apuração do cálculo do Patrimônio de Referência Exigido:

- Riscos de Crédito e Mercado - Abordagem Padronizada
- Risco Operacional - Abordagem do Indicador Básico (BIA)

Metodologia do Indicador Básico

$$RWA_{OPAD} = \frac{1}{F} \cdot \frac{\sum_{t=1}^3 \max[0,15 \times IE_t; 0]}{n}$$

IE = Indicador de Exposição ao Risco Operacional no período anual "t"

n = número de vezes, nos três últimos períodos anuais, em que IE > zero

F = fator estabelecido no art. 4º da Resolução nº 4.193, de 2013

Para fins do cálculo do risco operacional pela Abordagem do Indicador Básico (BIA), a exigência corresponde à média dos três últimos períodos anuais da aplicação de um fator de 15% ao indicador de exposição ao risco. Tal indicador corresponde, para cada período anual, à soma dos valores semestrais das receitas de intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, deduzidas das despesas de intermediação financeira.

Índice de Basileia (Índice de Adequação de Capital)

O índice de Basileia, que mede a solvência dos bancos, é um conceito internacional definido pelo Comitê de Basileia que recomenda a relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). No Brasil, o índice

mínimo exigido é de 8.00%. Além dos requerimentos mínimos de capital mencionados acima, fica instituído o Adicional de Principal (ACP) que corresponde à soma das parcelas $ACP_{CONSERVAÇÃO}$, $ACP_{CONTRACÍCLICO}$ e $ACP_{SISTÊMICO}$.

Requerimento Mínimo de Capital	03-2021
Índice Capital Principal	4,50%
Índice de Capital de Nível 1	6,00%
Índice de Capital Total	8,00%
Índice Máximo de Adicional de Capital Principal	
$ACP_{CONSERVAÇÃO}$	1,25%
$ACP_{CONTRACÍCLICO}$	2,50%
$ACP_{SISTÊMICO}$	2,00%
Total Adicional de Capital Principal	5,75%

Índice de Capital Total + ACP _{CONSERVAÇÃO}	9,25%
Índice de Capital Total + ACP _{CONSERVAÇÃO} + ACP _{CONTRACÍCLICO}	11,75%
Índice de Capital Total + Total Adicional de Capital Principal	13,75%

A seguir são apresentadas as informações e os requerimentos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Tabela KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais

		2021-1	2020-4	2020-3	2020-2	2020-1
Capital regulamentar - valores						
1	Capital Principal	2.171.680	2.118.717	2.063.187	2.027.991	2.005.026
2	Nível I	2.171.680	2.118.717	2.063.187	2.027.991	2.005.026
3	Patrimônio de Referência (PR)	2.171.680	2.118.717	2.063.187	2.027.991	2.005.026
3b	Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	0	0	0	0	0
3c	Destaque do PR	0	0	0	0	0
Ativos ponderados pelo risco (RWA) - valores						
4	RWA total	9.660.973	11.475.282	12.137.519	11.630.992	10.837.372
Capital regulamentar como proporção do RWA						
5	Índice de Capital Principal (ICP)	22,48%	18,46%	17,00%	17,44%	18,50%
6	Índice de Nível 1 (%)	22,48%	18,46%	17,00%	17,44%	18,50%
7	Índice de Basileia	22,48%	18,46%	17,00%	17,44%	18,50%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA						
8	Adicional de Conservação de Capital Principal - ACP _{Conservação} (%)	1,25%	1,25%	1,25%	1,25%	2,50%
9	Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACP _{Contracíclico} (%)	0%	0%	0%	0%	0%
10	Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACP _{Sistêmico} (%)	0%	0%	0%	0%	0%
11	ACP total (%)	1,25%	1,25%	1,25%	1,25%	2,50%
12	Margem excedente de Capital Principal (%)	13,23%	9,21%	7,75%	8,19%	8,00%
Razão de Alavancagem (RA)						
13	Exposição total	17.674.228	20.196.157	18.568.299	18.304.502	18.519.729
14	RA (%)	12,29%	10,49%	11,11%	11,08%	10,83%
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)						
15	Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	NA	NA	NA	NA	NA
16	Total de saídas líquidas de caixa	NA	NA	NA	NA	NA
17	LCR (%)	NA	NA	NA	NA	NA
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)						
18	Recursos estáveis disponíveis (ASF)	NA	NA	NA	NA	NA
19	Recursos estáveis requeridos (RSF)	NA	NA	NA	NA	NA
20	NSFR (%)	NA	NA	NA	NA	NA

A variação do índice de Basileia de março de 2021 em relação ao ano de 2020 é dada pela alteração da fórmula de cálculo utilizada na apuração do CVA. O Conglomerado passou a utilizar a fórmula completa mencionada no Art. 35 da Circular 3.644, diminuindo a chamada de capital proveniente do Risco de Crédito.

Tabela OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição

Gerenciamento de Riscos

O Conglomerado Prudencial acredita que gerir o risco de maneira eficiente é essencial para o sucesso do seu negócio. Desta forma, conta com abrangentes processos de gestão de risco, através dos quais monitora, avalia e administra os riscos assumidos na realização de suas atividades, implementando medidas para mitigação de riscos quando julgar necessário. Tais processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, jurídico, regulatório e de reputação, incluindo também questões socioambientais.

Do ponto de vista da gestão de risco, a empresa está dividida em Três Linhas de Defesa. A Primeira Linha de Defesa ("1LoD") inclui as unidades geradoras de receita, bem como as áreas de Tesouraria, Operações e Tecnologia e é responsável pela gestão de riscos (por exemplo, identificação, avaliação, relatório e monitoramento) associados às atividades geradoras de risco da empresa. A Segunda Linha de Defesa ("2LoD") é composta pelas funções independentes de supervisão e controle de risco da empresa. Esta linha fornece avaliação independente, supervisão e desafio dos riscos assumidos pelo 1LoD da empresa. A Terceira Linha de Defesa é composta pela Auditoria Interna.

A área de Risco é uma das funções independentes de supervisão e controle de risco da empresa. A área visa efetivamente identificar, monitorar, avaliar e gerenciar os riscos financeiros e não financeiros da empresa em apoio ao plano estratégico da empresa.

Governança do gerenciamento de riscos

A estrutura de governança do Conglomerado Prudencial detem o conhecimento e a responsabilidade necessários para a tomada de decisão em questões de gestão de risco, bem como para garantir a implantação de tais

decisões. A governança tem início com a Diretoria do Conglomerado Prudencial, que tem um papel significativo na revisão e aprovação das políticas e práticas de gestão de risco, seja diretamente ou através de seus comitês. Ademais, a Diretoria recebe atualizações periódicas sobre os riscos existentes em todo o Conglomerado Prudencial, preparadas pelas divisões de controle e suporte. Do mesmo modo, o Conglomerado Prudencial é administrado pelo Comitê de Gestão ("*Management Committee*"). Além da Diretoria, os mais altos níveis de administração do Conglomerado Prudencial contam com líderes com vasta experiência em gestão de risco e que conhecem profundamente os negócios da instituição e os seus riscos inerentes e residuais.

As políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos podem ser acessadas internamente no Compêndio de Políticas e Procedimentos, que contém todas as políticas aprovadas pela Conglomerado Prudencial. Além disso, as políticas também são destacadas como parte do treinamento regular, quando relevante, para todas as partes impactadas.

Processos de mensuração e controle de riscos

São mantidos pelo Conglomerado Prudencial diversos processos, procedimentos e controles efetivos que são componentes essenciais à gestão de risco. O primeiro e mais importante deles é a disciplina diária de marcar praticamente todo o inventário do Conglomerado Prudencial de acordo com os níveis atuais de mercado. O Goldman Sachs mantém o seu inventário a preço de mercado, com mudanças na valorização refletidas imediatamente em sistemas de gestão de risco e receitas líquidas do Conglomerado Prudencial, quando aplicável. O Conglomerado Prudencial acredita que a disciplina é uma das ferramentas mais eficientes na avaliação e gestão de risco, e por acreditar que através dela,

pode ter um entendimento transparente e realista de suas exposições financeiras.

O departamento de Riscos de Crédito (CR) é responsável por avaliar, mensurar, administrar e monitorar os riscos de crédito e os riscos relacionados à política de risco socioambiental do Conglomerado Prudencial, em uma base centralizada e independente. O CR atribui classificações aos riscos internos (que determinam a Probabilidade de Inadimplência), calcula a Exposição à Inadimplência, e a Controladoria no Brasil é responsável por avaliar o risco de perdas e monitorar outros níveis mínimos de capital.

O Departamento de Risco de Mercado (MR) é responsável por avaliar, monitorar e reportar a exposição do Conglomerado Prudencial aos riscos de mercado, aos riscos que alteram fatores do mercado que poderão ter efeitos adversos sobre a condição financeira do Conglomerado Prudencial. O MR desenvolve as medidas apropriadas para abordar os riscos de mercado e recomenda os limites ao Comitê de Riscos do Conglomerado Prudencial.

O gerenciamento e mensuração do risco operacional do Conglomerado Prudencial combina abordagens *top-down* e *bottom-up*. Sob uma perspectiva *top-down*, a alta administração do Conglomerado Prudencial avalia o risco operacional nos níveis comercial e administrativo. Numa perspectiva *bottom-up*, as unidades geradoras de receita e as áreas de controle e suporte independentes são responsáveis pela gestão de risco diariamente, incluindo a identificação, mitigação e comunicação dos riscos operacionais à alta administração. A estrutura de risco operacional é em parte projetada para observar as regras de mensuração de risco operacional nos termos da Basileia III e evolui com base nas necessidades variáveis dos negócios e diretrizes regulamentares do Conglomerado Prudencial.

O Conglomerado Prudencial estabeleceu uma estrutura abrangente de gestão de risco de

liquidez, para que seja possível gerir sua exposição ao risco de liquidez e assegurar que liquidez suficiente esteja disponível, mesmo em períodos de estresse. Esta estrutura inclui:

- (i) políticas de gestão de liquidez e captação,
- (ii) medidas de controle, limites e monitoramento de liquidez,
- (iii) infraestrutura de pessoal para gestão de liquidez e captação,
- (iv) plano de contingência de liquidez. Estratégias, políticas e limites são definidos com base na política global de gerenciamento de risco de liquidez do Goldman Sachs, adaptada para refletir as necessidades específicas do Brasil. Esses três itens são propostos e implementados pelo time de Tesouraria Corporativa do GS Group, aprovados pela alta gerência do time de Tesouraria Corporativa do GS Group, pelo diretor de risco de liquidez e pelo Comitê de Risco do Goldman Sachs do Brasil (“GSBRC”).

Os membros dos comitês de risco se reúnem com frequência definida em seus regulamentos, fator essencial para facilitar e permitir discussões contínuas no sentido de identificar, administrar e mitigar riscos. As comunicações a respeito de risco são constantes e existe uma cultura de colaboração no processo de tomada de decisão entre as unidades de negócios, áreas de controle com o suporte e envolvimento direto da alta administração. O Conglomerado Prudencial entende que a primeira linha de defesa na gestão de risco está sob a responsabilidade das áreas de negócios. Não obstante, o Conglomerado dedica boa parte dos seus recursos às funções de controle e suporte a fim de garantir a existência de uma estrutura de supervisão sólida e com a segregação adequada das diversas funções.

Programa de Teste de Estresse do Conglomerado

De acordo com as normas promulgadas pelo Conselho Monetário Brasileiro (Resolução CMN nº 4.557 / 2017) e pelo Banco Central do Brasil, o Conglomerado Prudencial possui uma Política de Teste de Estresse, que estabelece os princípios que orientam a implementação do programa de teste de estresse para avaliar possíveis vulnerabilidades a condições de negócios estressadas.

Os objetivos de realizar testes de estresse para o Conglomerado incluem:

- Fornecer uma avaliação prospectiva da exposição ao risco do Conglomerado sob condições estressadas, permitindo que o Conglomerado Prudencial desenvolva estratégias apropriadas de mitigação de riscos e planos de contingência em uma variedade de condições estressadas;
- Melhorar a compreensão do Conglomerado Prudencial sobre seu próprio perfil de risco e facilitar o monitoramento das alterações nesse perfil ao longo do tempo;
- Auxiliar a administração do Conglomerado Prudencial a avaliar se as exposições a riscos do Conglomerado são compatíveis com a declaração de apetite por risco descrita no Suplemento à Declaração de Apetite por Risco do Conglomerado;
- Avaliar as vulnerabilidades existentes e potenciais do Conglomerado Prudencial e sua capacidade de suportar situações estressadas em termos de adequação de capital.

O Conglomerado Prudencial utiliza uma variedade de metodologias de teste de estresse para obter uma cobertura abrangente para seu programa de teste de estresse. Essas metodologias são:

- **Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade permite ao Conglomerado Prudencial avaliar o impacto que alterações em variáveis de mercado específicas podem ter no capital e liquidez do Conglomerado.
- **Análise de cenário:** A análise de cenário permite que o Conglomerado Prudencial avalie o impacto que mudanças simultâneas e coerentes em um conjunto de variáveis de mercado podem ter no capital e liquidez do Conglomerado.

O desempenho do Conglomerado Prudencial é função do ambiente em que opera. Portanto, o primeiro passo no teste de estresse é uma análise dos fatores econômicos, sociais e políticos que podem afetar direta ou indiretamente o Conglomerado.

A avaliação do ambiente operacional será realizada por meio de reuniões coordenadas pelo Grupo de Trabalho do Teste de Estresse, onde membros de vários grupos do Conglomerado são convidados a ajudar o grupo de trabalho a definir os ambientes macroeconômicos aos quais os cenários específicos que serão considerados no teste de estresse estarão inseridos.

Os resultados da análise do ambiente operacional podem incluir:

- Definição do escopo, em termos de prazo previsível a ser considerado no teste;
- Principais fatores de volatilidade econômica em um prazo previsível (por exemplo, eleições, investigações de corrupção, política monetária, política fiscal, fatores externos);
- Número e tipo de cenários considerados no teste de estresse (por exemplo, cenário puramente quantitativo com base em informações históricas).

O Conglomerado Prudencial acredita que gerir o risco de maneira eficiente é essencial para o

sucesso do seu negócio. Desta forma, conta com abrangentes processos de gestão de risco, através dos quais monitora, avalia e administra os riscos assumidos na realização de suas atividades, implementando medidas para mitigação de riscos quando julgar necessário.

Gerenciamento de capital

Os níveis de capital do Conglomerado Prudencial são determinados, principalmente, pelos requisitos regulatórios, podendo ser também influenciados por outros fatores, tais como, expectativas de novos negócios e condições de mercado. O mercado é suscetível às oscilações expressivas das variáveis financeiras mais importantes, como a taxa de câmbio, estrutura a termo da taxa de juros, risco país e agregados macroeconômicos (PIB).

Além disso, o aumento da volatilidade nos mercados financeiros internacionais podem rapidamente alterar o cenário prospectivo para o Brasil. Portanto, é fundamental construir cenários macroeconômicos e discutir cenários alternativos

para avaliar as consequências para as instituições financeiras no Brasil. Desta forma, o processo de gerenciamento de capital é realizado de forma a proporcionar condições para o alcance dos objetivos estratégicos do Conglomerado Prudencial, levando em consideração o ambiente econômico e financeiro onde atua.

O Conglomerado Prudencial não possui instrumentos híbridos de capital e dívida, instrumentos de dívida subordinada ou demais instrumentos financeiros autorizados pelo Banco Central do Brasil a integrar os Níveis I e II do PR, bem como participação em instituição financeira no exterior ou excesso de recursos aplicados no Ativo Permanente onde seja necessária qualquer dedução conforme a Resolução CMN nº 4.192, de 01 de março de 2013.

O Conglomerado Prudencial adota as seguintes abordagens para a apuração do cálculo do Patrimônio de Referência Exigido: (i) Riscos de Crédito e Mercado - Abordagem Padronizada, (ii) Risco Operacional - Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Tabela OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)

		RWA		Requerimento
		2021-1	2020-4	2021-1
0	Risco de Crédito - tratamento mediante abordagem padronizada	5.538.272	8.269.218	443.062
2	Risco de crédito em sentido estrito	1.430.037	1.358.953	114.403
6	Risco de crédito de contraparte (CCR)	996.193	746.241	79.695
7	Do qual: mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)	0	0	0
7a	Do qual: mediante uso da abordagem CEM	986.899	741.628	78.952
9	Do qual: mediante demais abordagens	9.294	4.613	744
10	Acréscimo relativo ao ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade	3.038.883	6.121.687	243.111
12	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	0	0	0
13	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	0	0	0
14	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	0	0	0
16	Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada	73.159	42.338	5.853
25	Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	0	0	0
20	Risco de mercado	2.604.196	1.791.437	208.336
21	Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWAMPAD)	2.604.196	1.791.437	208.336
22	Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWAMINT)	0	0	0
24	Risco operacional	1.518.505	1.414.626	121.480
27	Total (2+6+10+12+13+14+16+25+20+24)	9.660.973	11.475.282	772.878

Risco de Liquidez

Tabela LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez do Conglomerado Prudencial reflete a estrutura global da Firma, assim como suas políticas e processos internos de comunicação. Dentro desta estrutura, limites e procedimentos existentes especificamente para o Conglomerado Prudencial passam pela avaliação do Comitê de Riscos da Goldman Sachs Brasil ("GSBRC"), cujas responsabilidades incluem avaliar e aprovar os níveis de apetite a riscos de liquidez das entidades locais. O GSBRC é subordinado ao Comitê de Gestão do Conglomerado Prudencial.

Os Departamentos de Tesouraria Corporativa (1ª linha de defesa) e Risco de Liquidez (2ª linha de defesa) formam a base dessa estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, sendo responsáveis pelo monitoramento diário dos níveis de liquidez do Conglomerado Prudencial em situações normais e de estresse, de modo a garantir nossa capacidade de enfrentar situações de liquidez idiosincráticas ou sistêmicas, assim como pelo cálculo de métricas e pela criação de relatórios periodicamente apresentados à governança local de risco.

O Conglomerado Prudencial busca diversificar suas fontes de financiamento por meio de financiamentos / empréstimos garantidos (repos) e instrumentos de financiamento não garantidos, assim como por meio de empréstimos entre empresas de sua controladora como fonte de financiamento de curto e longo prazo, dependendo de suas necessidades.

O Conglomerado Prudencial também estabelece linhas de crédito com bancos terceiros para mitigar o risco de liquidez e garantir a estabilidade de seu financiamento. Além disso, os recursos intradiários são obtidos na janela de redesconto intradia com o Banco Central do Brasil, linhas bancárias intradia ou cheque especial.

Em um cenário de contingência de liquidez, O Conglomerado Prudencial usará seu colchão composto de sua base de capital excedente, empréstimos a prazo no Brasil ou no exterior e empréstimos *intercompany*.

Diversificação da Base de Credores

O Conglomerado Prudencial pode acessar o Grupo GS e outras instituições financeiras no Brasil como fontes de financiamento de curto e longo prazo. Além disso, o Conglomerado Prudencial também busca evitar a dependência de qualquer instituição financeira em particular por meio da diversificação e monitoramento de credores sediados no Brasil.

A base de credores do Conglomerado Prudencial no Brasil pode consistir principalmente de bancos comerciais locais e internacionais que operam no Brasil e também pode incluir clientes institucionais e corporativos. Dada a importância de relacionamentos sólidos com os credores para que tenha acesso à liquidez, o Conglomerado Prudencial mantém contato direto com seus principais credores regularmente, e de modo a limitar sua dependência a um único credor, alterna o uso de recursos entre os diferentes bancos que oferecem linhas de crédito.

As principais estratégias de mitigação do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial são:

- Diversificação das fontes de financiamento, conforme descrito na seção anterior, que incluem linhas de empréstimo com empresas que fazem parte do Grupo Goldman Sachs, linhas de crédito com bancos terceiros, e recursos intradiários obtidos na janela de redesconto do Banco Central, e
- Monitoramento diário de níveis de liquidez, relativos às projeções estressadas de saída de caixa do Conglomerado Prudencial, conforme descrito na próxima seção. Limites gerenciais para esta métrica foram estabelecidos na Declaração de Apetite a Riscos do Conglomerado Prudencial.

Diariamente, o Departamento de Risco de Liquidez calcula métrica de saída de caixa em cenários de estresse para o Conglomerado Prudencial. Esta métrica é utilizada na definição

do limite de liquidez estabelecido na Declaração de Apetite a Riscos do Conglomerado Prudencial. Esse limite é monitorado também diariamente pela estrutura de gerenciamento de risco de liquidez descrita acima.

Além da métrica de estresse calculada diariamente, o Conglomerado Prudencial também possui programa de teste de estresse, que é realizado periodicamente, conta com a participação da governança local de risco, e avalia o impacto que cenários de estresse podem ter no capital e na liquidez do Conglomerado Prudencial. Os resultados dos testes de estresse são apresentados aos comitês de Risco e Capital do Conglomerado.

O objetivo do plano de contingência de liquidez do Conglomerado Prudencial é garantir uma comunicação e coordenação eficazes em caso de potencial ou existente escassez de liquidez. O plano estabelece uma estrutura para analisar e responder a um evento severo de risco de liquidez, as considerações que devem ser abordadas para determinar o possível impacto de tal evento sobre a liquidez do Conglomerado Prudencial, e planos de ação para ajudar a manter a liquidez da instituição em níveis apropriados.

A identificação de um potencial cenário de estresse pode ser feita por equipes locais ou globais, incluindo Operações, Risco, ou Tesouraria Corporativa. A Tesouraria Corporativa avalia a necessidade de liquidez e coordena ações a serem executadas pelas equipes responsáveis, que possuem autoridade para tomar as medidas consideradas necessárias para trazer os níveis de liquidez de volta a níveis apropriados.

A resposta do Conglomerado Prudencial a uma situação de contingência será dinâmica, específica para a situação, e irá considerar vários fatores, incluindo as posições de liquidez atual e esperada, condições de mercado, e reputação da Firma. Medidas que o Conglomerado Prudencial pode tomar para manter um nível aceitável de liquidez incluem (mas não estão limitadas a):

- Identificar o impacto da crise nas necessidades de financiamento do Conglomerado Prudencial, considerando o resgate de garantias, liquidações futuras, etc.
- Determinar a capacidade de financiamento, incluindo excedente de caixa, linhas bancárias e empréstimos interbancários, levando em consideração a possível redução na capacidade de financiamento dada a escassez.
- Restringir as compras de ativos e novos contratos de derivativos OTC.
- Identificar quais câmaras de compensação poderão implementar restrições adicionais para crédito e, conseqüentemente, exigir que o Conglomerado Prudencial deposite garantias adicionais.

As políticas internas do Conglomerado Prudencial também especificam o grupo de trabalho, composto por membros da governança local, que será responsável pela execução das medidas de remediação estabelecidas no plano de contingência.

As principais métricas utilizadas pelo Conglomerado Prudencial são:

- (i) o nível de ativos líquidos das entidades locais e,
- (ii) projeções estressadas de saída de caixa. Estas projeções são calculadas diariamente pelo Departamento de Risco de Liquidez da Firma, e a Declaração de Apetite a Riscos do Conglomerado estabelece um limite para a razão entre estas duas métricas.

O Conglomerado Prudencial também possui relatórios gerenciais com projeções de caixa que são produzidos e monitorados periodicamente pela estrutura de gerenciamento de riscos de liquidez.

Risco de Crédito

Tabela CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

A principal responsabilidade pela avaliação, monitoramento e gerenciamento do risco de crédito na Firma reside no Departamento de Risco de Crédito. O Departamento de Risco de Crédito, é independente das Unidades de Negócios e se reporta ao Diretor de Riscos da Firma (CRO).

A política do Departamento de Crédito é desenvolvida através de uma série de comitês seniores da empresa, como: Comitê de Gestão, Comitê de Risco da Firma e Comitê de Governança de Riscos. Cada um dos comitês mencionados possui Charters específicos.

O gerenciamento de risco de crédito é incorporado à estrutura geral de gerenciamento de risco da Firma. A estrutura em toda a Firma reconhece o alcance e a diversidade dos negócios globais da empresa e seus riscos inerentes.

A Divisão de Risco está sujeita à verificação independente pela Terceira Linha de Defesa, Auditoria Interna ("IA"). IA fornece garantia independente, objetiva e oportuna sobre a eficácia da governança e gestão de risco e atividades de controle. O Departamento de Risco de Crédito tem a obrigação de facilitar essas atividades de garantia e validação.

Escopo do Risco de Crédito e Relatórios Gerenciais

Em geral, o risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de um tomador ou contraparte de uma transação não cumprir um pagamento contratual ou obrigação de desempenho, o que poderia resultar em prejuízo para a empresa. A gestão de risco de crédito inclui:

- Avaliar a probabilidade de uma contraparte não cumprir suas obrigações de pagamento;

- Aprovar transações e definir e comunicar limites de exposição de crédito;
- Usar mitigantes de risco de crédito, incluindo garantias e hedging;
- Estabelecer ou aprovar padrões de subscrição;
- Medir nossa exposição de crédito atual e potencial e perdas resultantes de inadimplência da contraparte;
- Acompanhamento do cumprimento dos limites de exposição de crédito estabelecidos;
- Gerenciar processos de contraparte em dificuldades, incluindo a maximização de recuperações por meio de exercícios ativos e reestruturação de sinistros.

Os relatórios de risco de crédito são apresentados mensalmente nas reuniões do Comitê de Risco do Conglomerado Prudencial (GSBRC), abordando as principais questões relacionadas ao perfil de risco de crédito das exposições realizadas no Conglomerado Prudencial, incluindo os limites de concentração estabelecidos no Suplemento do Conglomerado Prudencial à Declaração de Apetite a Riscos da Firma. Os principais riscos e níveis de inadimplência também são destacados e discutidos nas reuniões do comitê.

Perfil de Risco de Crédito e Apetite ao Risco

O Conglomerado Prudencial define e gerencia o apetite a risco através de riscos relevantes de maneira consistente com a Firma. O apetite do Conglomerado Prudencial por riscos de crédito é gerenciado dentro da estrutura holística de limite de risco. Os limites que compõem a estrutura de limite de risco do Conglomerado Prudencial são especificamente calibrados e gerenciados.

A exposição ao risco de crédito do Conglomerado Prudencial está em sua maior

parte relacionada às operações de clientes em operações realizadas no mercado de balcão. O risco de crédito também é proveniente de recursos financeiros (*cash*) depositados em

outros bancos, operações de financiamento de títulos (tais como operações compromissadas) e recebíveis.

Tabela CR1: Qualidade creditícia das exposições

		Valor Bruto		Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar	Valor Líquido (a+b-c)
		Exposições caracterizadas como operações em curso anormal	Em curso normal		
1	Concessão de crédito	0	3.991.562	-420	3.991.142
2	Títulos de dívida	0	4.344.345	-131.919	4.212.426
2a	dos quais: títulos soberanos nacionais	0	3.661.456	-131.919	3.529.537
2b	dos quais: outros títulos	0	682.889	0	682.889
3	Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	0	0	0	0
4	Total (1+2+3)	0	8.335.907	-132.339	8.203.568

Tabela CR2: Mudanças no estoque de operações em curso anormal

		Total
1	Valor das operações em curso anormal no final do período anterior	0,00
2	Valor das operações que passaram a ser classificadas como em curso anormal no período corrente	0,00
3	Valor das operações reclassificadas para curso normal	0,00
4	Valor da baixa contábil por prejuízo	0,00
5	Outros ajustes	0,00
6	Valor das operações em curso anormal no final do período corrente (1+2+3+4+5)	0,00

*O conglomerado não detém operações em curso anormal.

Tabelas CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

Setor Econômico	Até 6 meses	Acima de 6 meses até 1 ano	Acima de 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos
Consumo e Varejo	1.432	0	0	0
Energia e Saneamento	17	0	0	0
Financeiro	3.441.460	637.705	2.953.569	469.552
Educação	281	0	0	0
Mineração	406.734	0	0	0
Outros	1.253	0	0	0
Shopping Center	112	0	0	0
Tecnologia e Internet	0	0	88.120	0
Telecomunicações	0	0	200.000	0
Transporte e Logística	3.334	0	0	0
Total	3.854.623	637.705	3.241.689	469.552

Região Geográfica	Até 6 meses	Acima de 6 meses até 1 ano	Acima de 1 ano até 5 anos	Acima de 5 anos
Sudeste	410.478	21.277	840.808	1.400
Sul	10.737	0	0	0
Nordeste	2.999	0	0	0
Centro Oeste	695.723	616.428	2.400.881	468.151
Exterior	2.734.686	0	0	0
Total	3.854.623	637.705	3.241.689	469.552

Percentual das maiores exposições	Exposição	% da Carteira
10 maiores devedores	8.142.807	99,36%
100 maiores devedores	8.195.279	100,00%

Tabela CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)

Gerenciamento do risco de crédito de contraparte

O gerenciamento de risco de crédito de contraparte é parte integrante do processo de gerenciamento de risco de crédito do Conglomerado Prudencial. O risco de crédito de contraparte advém da potencial falha no pagamento das obrigações financeiras em transações como derivativos, operações a liquidar, operações compromissadas, empréstimos, segregando os valores relativos a contratos a serem liquidados em sistemas de câmaras de compensação e de liquidação, nos quais a câmara atue como contraparte central dos valores relativos a contratos nos quais não haja a atuação de câmaras de compensação como contraparte central, segmentados entre contratos sem garantias e contratos com garantias.

Em termos de mensuração de risco, as principais métricas utilizadas são CPE (exposição potencial corrente) e CCE (exposição atual colateralizada). Além disso, existe uma estrutura de gerenciamento de risco para exposições *wrong-way*, que descreve a abordagem para capturar riscos específicos e gerais no portfólio.

O risco *wrong-way* ocorre quando a exposição a uma contraparte é inversamente correlacionada com a qualidade de crédito dessa mesma contraparte. O risco de crédito distingue entre risco *wrong-way* específico, no qual a exposição está contratualmente vinculada de maneira adversa à própria contraparte (ou seja, operações de auto-referência), e riscos *wrong-way* geral, que abrange mais amplamente outras possíveis fontes de correlação positiva significativa entre uma exposição e a probabilidade de inadimplência de uma contraparte.

O principal controle de exposição ao risco é o estabelecimento de limites totais de crédito (TCLs), que são comunicados às unidades de negócios por um sistema chamado "*Credit Checker*". Os tomadores de risco podem então avaliar a capacidade disponível para uma contraparte específica. As violações de TCLs são monitoradas diariamente por meio de um processo de gerenciamento de exceções.

A garantia é um mitigador de risco que pode ser eficaz para reduzir a exposição corrente e potencial. O colateral pode estar na forma de uma garantia inicial (*initial margin*) ou ser função da marcação a mercado da exposição (*variation margin*). O Conglomerado Prudencial pode usar

a garantia detida contra exposições correntes para cobrir uma obrigação de uma contraparte inadimplente. A garantia também pode ser utilizada para reduzir a exposição potencial de crédito. A operação que está sujeita a um contrato de garantia ou margem pode ter menor exposição potencial com base em um conjunto pré-determinado de métricas ou eventos durante o prazo da operação. Assim que os termos de margem estão prontos, o time de da área de Operações assume a responsabilidade do processo de gestão das garantias. No entanto,

dada a importância do colateral como um mitigador de risco, o Departamento de Crédito mantém uma relação de trabalho próxima com a área de Operações para garantir o bom funcionamento do processo.

O Conglomerado Prudencial não tem nenhuma obrigação contratual que imponha aumento do montante de colaterais a serem postados em caso de rebaixamento da classificação de crédito.

Exposições de Securitização

Tabela SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de Securitização

O Conglomerado Prudencial atua apenas como instituição investidora em exposições de securitização. Para tais operações são avaliados perfil de risco da carteira, tipo do ativo subjacente, remuneração atrelada ao investimento entre outros.

Tais operações são consolidadas no Balanço do Conglomerado Prudencial, de acordo com a seguinte categoria: § Títulos para Negociação: Títulos e valores mobiliários adquiridos com o

propósito de serem ativa e frequentemente negociados.

O Conglomerado Prudencial não atua como contraparte patrocinadora de nenhuma sociedade de propósito específico, não administra entidades que adquirem títulos de securitização, tampouco presta apoio implícito a outras entidades.

Adicionalmente, não houve venda ou transferências de ativos no período.

Risco de Mercado

Tabela MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado

O risco de mercado é o risco de perda no valor de nossos inventários, investimentos, empréstimos e outros ativos e passivos financeiros contabilizados pelo valor justo devido a mudanças nas condições de mercado. O risco de mercado assumido pelo Conglomerado Prudencial é proveniente principalmente de suas atividades de (i) formação de mercado para nossos clientes e (ii) investimento e financiamento. Desta forma, o risco assumido muda com base nas demandas dos clientes e nossas oportunidades de investimento.

Por serem contabilizadas pelo valor justo, elas flutuam diariamente, com os respectivos ganhos e perdas incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado. Empregamos uma variedade de medidas de risco para monitorar o risco de mercado. As categorias de risco de mercado incluem:

- Risco de taxa de juros: resulta das exposições a mudanças no nível, inclinação e curvatura das curvas de juros, volatilidades das taxas de juros, velocidades de pré-pagamento e spreads de crédito;
- Risco de preço de ações: resulta de exposições a mudanças nos preços e volatilidades de ações individuais, cesta de ações e índices de ações;
- Risco de taxa de câmbio: resulta de exposições a mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades das taxas de câmbio; e
- Risco de preço de commodities: resulta de exposições a mudanças nos preços à vista, preços futuros e volatilidades de commodities, como petróleo bruto,

derivados de petróleo, gás natural, eletricidade e metais preciosos e básicos.

Identificação e Avaliação de Riscos

Acreditamos que a identificação e avaliação de riscos é uma etapa crítica para fornecer à alta administração transparência e visão sobre o alcance e a materialidade de nossos riscos. Nossa abordagem para identificação e avaliação de risco é abrangente em todos os tipos de risco, incluindo Riscos de Mercado, é dinâmica e voltada para o futuro, para refletir e se adaptar ao nosso perfil de risco em mudança, ao ambiente de negócios e alavanca a experiência da Firma no assunto, permitindo a priorização adequada de nossos riscos mais críticos.

Para avaliar nossos riscos de maneira eficaz, marcamos substancialmente todo o nosso inventário de posições aos níveis atuais de mercado, com as mudanças no valor justo de tais posições refletidas imediatamente em nossos sistemas de gestão de risco e na receita líquida. Fazemos isso porque acreditamos que essa é uma das ferramentas mais eficazes para avaliar e gerenciar riscos, e que fornece uma visão transparente e realista de nossas exposições.

Apetite de risco, definição de limites e limiares

Aplicamos uma estrutura rigorosa de limites e alertas para controlar e monitorar o risco em transações, produtos, negócios e mercados. O Comitê de Riscos e o Comitê de Gestão aprovam limites e alertas incluídos na declaração de apetite a riscos do Conglomerado do Conglomerado Prudencial. Os limites são revisados regularmente e

alterados de forma permanente ou temporária para refletir as mudanças nas condições de

Monitoramento de risco

A eficácia na comunicação e nas tomadas de decisões de riscos dependem de nossa capacidade de fornecer as informações certas às pessoas certas no momento certo. Como tal, apostamos no rigor e na eficácia dos nossos sistemas de risco, com o objetivo de garantir que os nossos sistemas de tecnologia de gestão de risco nos fornecem informação completa, precisa e oportuna.

Nossos relatórios de risco e processos de monitoramento são projetados para levar em consideração informações sobre os riscos existentes e os emergentes, permitindo assim que o Comitê de Risco e a alta administração desempenhem suas responsabilidades com o nível apropriado de percepção das exposições a riscos. Além disso, nossos processos de limite e violação de limite fornecem meios para escalonamento tempestivo. Avaliamos também as mudanças em nosso perfil de risco e em nossos negócios, incluindo mudanças no mix de negócios ou jurisdições em que operamos.

Estrutura de Gerenciamento de Risco

Globalmente, a supervisão do risco assumido pela Firma é responsabilidade de seu Conselho de Administração. O Conselho supervisiona o risco tanto diretamente quanto por meio de seus comitês, incluindo seu Comitê de Risco. Os membros do comitê geralmente consistem de gerentes seniores de nossa primeira e segunda linhas de defesa. Estabelecemos procedimentos para esses comitês, a fim de garantir que barreiras de informação adequadas sejam implantadas.

No Brasil, o principal fórum de governança de riscos é o Comitê de Riscos do Conglomerado Prudencial, cuja formação e atuação foram autorizadas pelo Comitê de Gestão do

mercado, condições de negócios ou tolerância ao risco.

Conglomerado Prudencial e cujas responsabilidades incluem:

- Supervisionar a implementação de gerenciamento eficaz de riscos;
- Aprovar o nível de risco com o qual a empresa se sente confortável em suas atividades comerciais, incluindo Risco de Mercado;
- Garantir a gestão eficaz dos riscos de novos negócios e produtos;
- Revisão e monitoramento de risco de mercado, risco de crédito, risco operacional, risco de liquidez e risco social e ambiental;
- Supervisão dos sistemas e controles que dão suporte aos negócios; e
- Garantir a conformidade com a regulamentação local em relação ao acima exposto.

A estrutura local de gerenciamento de riscos conta também com o suporte e segue, em linhas gerais, todas as políticas e procedimentos globais estabelecidos pelo Departamento de Risco de Mercado da Firma.

A plataforma de tecnologia de Risco de Mercado da Goldman Sachs é desenvolvida e mantida pelo departamento de Tecnologia de Risco de Mercado (MRT), que é o grupo de tecnologia dedicado para prestar suporte à área de Risco de Mercado.

Em termos funcionais, a plataforma inclui:

- Coleta/obtenção de dados
- Cálculos de risco (incluindo, mas não limitado, a simulação e precificação)
- Agregação de risco

A Firma também possui plataforma proprietária utilizada para a gestão de negociação e riscos, que é a tecnologia fundamental utilizada na coleta de dados, sendo utilizada como:

- Principal fonte de posições de negociação e dados de mercado.
- Mecanismo para geração de simulações.
- Meio de precificação de posições para cálculo de VaR e outras medidas de risco.

Desta forma, os temas mais importantes da arquitetura estratégica dos sistemas de gerenciamento de risco de mercado são:

- Fundamentos sólidos: posições, contas, dados de ativos, modelos, fatores de risco.
- Tratamento consistente de fatores de risco e modelos de precificação nas mesas de operação.
- Forte conjunto interativo de ferramentas.
- Medidas abrangentes do risco de toda a Firma.

Tabela MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado

Fatores de risco		2021-1
		RWA_{MPAD}
1	Taxas de juros	2.218.533
1a	Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWAJUR1)	361.512
1b	Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAJUR2)	382.821
1c	Taxas dos cupons de índices de preço (RWAJUR3)	1.474.200
1d	Taxas dos cupons de taxas de juros (RWAJUR4)	0
2	Preços de ações (RWAACS)	248.771
3	Taxas de câmbio (RWACAM)	136.429
4	Preços de mercadorias (commodities) (RWACOM)	462
9	Total	2.604.196

Adicionalmente às informações requeridas no Art. 14, segue o total da exposição associada a instrumentos financeiros derivativos por categoria de fator de risco de mercado, segmentado entre posições compradas e vendidas, conforme especificado no Art. 15.

Tabela OPD: Total da exposição associada a instrumentos financeiros derivativos

Derivativos: Operações no Brasil - Contraparte Central	2021-1	
Fatores de risco	Comprada	Vendida
Taxas de juros	21.493.904	4.272.749
Taxas de câmbio	4.155.197	3.462.557
Preço de ações	233.936	2.009.401
Preços de mercadorias (commodities)	0	0

Derivativos: Operações no Brasil - Sem Contraparte Central	2021-1	
Fatores de risco	Comprada	Vendida
Taxas de juros	91.478.388	106.655.690
Taxas de câmbio	25.701.923	28.681.469
Preço de ações	235.147	258.679
Preços de mercadorias (commodities)	918.956	918.779

Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

Tabela IRRBBA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB

Perfil da carteira bancária

A Circular BACEN nº 3.876, emitida em 31 de janeiro de 2018, dispõe sobre metodologias e procedimentos para a avaliação da suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxa.

O principal objetivo da carteira bancária, para o Conglomerado é dar suporte às transações registrados na carteira de negociação.

Os ativos da carteira bancária incluem, mas não estão limitados a operações compromissadas, certificados de depósitos (entre empresas do grupo e externos), debêntures, aplicações em cotas de FIDC, dentre outros. Os passivos da carteira bancária incluem, entre outros, certificados de depósitos (entre empresas do grupo e externos), operações compromissadas e outras obrigações.

Os passivos da carteira bancária financiam parcialmente os ativos da carteira de negociação do Conglomerado Prudencial e, portanto, o Conglomerado Prudencial pode ter um resultado líquido de intermediação financeira negativo na carteira bancária. Isso se deve ao fato de que a receita de juros gerada pelos ativos da carteira bancária não reflete de maneira abrangente a receita financeira que compensa a despesa financeira, uma vez que parte da receita financeira compensatória é gerada pela atividade da carteira de negociação do Conglomerado Prudencial.

Governança

A Governança de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado Prudencial é composta pela Diretoria, pelo Comitê de Riscos do Conglomerado Prudencial ("GSBRC") e pelo Diretor de Risco ("CRO"), e é responsável por garantir que o IRRBB seja efetivamente gerenciado.

A Diretoria é responsável em última instância pelo gerenciamento do IRRBB, e por aprovar os

limites de IRRBB na RAS, bem como as políticas e os limites de risco aprovados pelo GSBRC. Estes itens devem ser revisados pelo menos anualmente.

O GSBRC é o principal órgão de supervisão encarregado pela revisão e gerenciamento do IRRBB do Conglomerado Prudencial e é responsável por:

- I. Aprovação inicial e atualização das políticas do IRRBB;
- II. Proposta e aprovação inicial dos limites do IRRBB;
- III. Monitoramento de métricas IRRBB;

A Diretoria e o GSBRC supervisionam as implicações estratégicas dessas atividades de gerenciamento de riscos, garantindo que a exposição ao IRRBB do Conglomerado Prudencial cumpra os limites estabelecidos, além de administrar prudentemente o objetivo do Conglomerado Prudencial de apoiar as atividades da carteira de negociação. Qualquer divergência ou problema deve ser encaminhado para a Diretoria.

Os limites do IRRBB são revisados e, se necessário, recalibrados pelo menos anualmente. Além disso, pode ser determinado que os limites sejam recalibrados ou modificados em casos de alterações nas condições de mercado, ambiente operacional dos negócios ou alterações no apetite ao risco de taxa de juros do Conglomerado Prudencial. O GSBRC e a Diretoria são responsáveis por aprovar alterações nos limites.

O CRO e a Controladoria do Conglomerado Prudencial são coletivamente responsáveis por garantir que as políticas, procedimentos, estratégias e limites para gerenciar o risco de taxas de juros aprovados pelo GSBRC e pela Diretoria sejam executados adequadamente dentro das linhas de autoridade e responsabilidade designadas. Eles são responsáveis por monitorar as métricas diariamente.

O IRRBB é originado e gerenciado através das três linhas de defesa, conforme descrito abaixo:

Primeira Linha de Defesa – O IRRBB é originado pelas áreas de negócios responsáveis e autorizadas a registrar transações na carteira bancária (predominantemente pela Mesa de Renda Fixa e pela área de Banco de Investimento), como segue:

- As principais atividades de tomada de risco e gerenciamento de risco são realizadas diretamente pelas áreas de negócios nas divisões originadoras de receita.
- A Mesa de Renda Fixa é responsável por gerenciar a estrutura e composição do balanço do Conglomerado Prudencial e garantir que o risco gerado pelos canais de financiamento do Conglomerado Prudencial e o risco de taxa de juros sejam gerenciados efetivamente em todas as restrições relevantes de risco econômico, de ganhos e de liquidez, sob o parâmetros estabelecidos pela área de Tesouraria Corporativa da Matriz.

As áreas ou mesas nas divisões originadoras de receita são responsáveis pelo gerenciamento diário da exposição ao IRRBB do Conglomerado Prudencial, gerenciando prudentemente o objetivo do Conglomerado Prudencial de apoiar as atividades da carteira de negociação, de acordo com as políticas e limites estabelecidos pelo GSBRC e pela Diretoria.

Segunda linha de defesa - A supervisão de risco independente é composta por vários grupos dentre as áreas de Gerenciamento de Riscos e Controladoria cujas tarefas incluem a supervisão do IRRBB do Conglomerado Prudencial, como segue:

1. Implementar modelos de IRRBB de acordo com os requerimentos do Banco Central do Brasil e outros aplicáveis;
2. Monitorar a exposição ao risco, a utilização de limites e escalar as violações de limites em relação à estrutura de limites de risco estabelecida pelas políticas aplicáveis, incluindo limites estabelecidos para a sensibilidade da receita de intermediação financeira (NII) e para a sensibilidade do valor econômico do patrimônio (EVE);

3. Reportar as medidas relevantes de risco às unidades de negócios e comitês apropriados; e

4. Reportar violações dos limites aos tomadores de risco apropriados, Time Responsável (“*Core Team*”) e demais órgãos de governança, incluindo Comitê de Riscos (GSBRC) e Comitê de Gestão de Capital.

Terceira linha de defesa – A área de Auditoria Interna assegura, de forma objetiva e independente, que as atividades de gerenciamento e controle de risco da primeira e da segunda linha de defesa são eficazes.

Periodicidade e Métricas

A apuração do IRRBB é efetuada diariamente para fins de controle gerencial dos limites estabelecidos pela RAS. A chamada de capital referente à Carteira Bancária é enviada ao Bacen mensalmente através do documento 2061.

Para avaliar de forma abrangente o risco de taxas de juros do Conglomerado Prudencial, são utilizadas principalmente duas métricas do IRRBB: sensibilidade do NII e a sensibilidade do EVE.

A sensibilidade do EVE é uma medida de risco de longo prazo que avalia o impacto de um choque instantâneo de taxa no valor presente do balanço atual da carteira bancária. A sensibilidade do NII é uma medida de risco de curto prazo que avalia o impacto das mudanças nas taxas sobre os juros acumulados de todos os ativos e passivos em um horizonte temporal definido. Essas medidas são avaliadas em uma série de choques na curva de juros, incluindo cenários de subida e descida paralela e cenários não paralelos.

Cenários

O Conglomerado Prudencial utiliza os cenários de choque de taxas de juros padronizados para instituições pertencentes ao Segmento 3, definidos pelo Art.11 da Circular 3.876/18 promulgada pelo Banco Central do Brasil.

O Conglomerado Prudencial não utiliza nenhuma premissa de modelagem diferente das exigidas para fins de mensuração e divulgação do IRRBB.

O Conglomerado adotou as seguintes premissas para a parametrização do cálculo do Δ EVE e do Δ NII.

Referente aos fluxos de reapreçamento:

Segundo o Artigo 10, na apuração do Δ EVE e do Δ NII, tanto pela abordagem padronizada quanto por metodologia desenvolvida internamente, a instituição poderá desconsiderar os fluxos de reapreçamento que não atendam a critérios de relevância consistentes, documentados e passíveis de verificação.

O Conglomerado Prudencial considera todos os fluxos de reapreçamento dos instrumentos da Carteira Bancária.

Para modelagem de instrumentos sem prazo definido:

Os artigos 16 a 21 definem, entre outros, o tratamento de instrumentos sem prazo definido, como os depósitos à vista. O Conglomerado Prudencial não detém esse produto, portanto não definiu uma metodologia para tratá-los.

Para opcionalidades automáticas:

Para o EVE, segundo o Artigo 13, § 7º: para as instituições enquadradas no S3, é facultativo o cálculo da medida de riscos de opcionalidades automáticas, de que tratam os §§ 3º e 6º, quando o risco de opcionalidades automáticas associado não atender a critérios de relevância avaliados de forma consistente, documentada e passível de verificação.

Segundo o Artigo 15-A, para a apuração do Δ EVE padrão e do Δ NII padrão, as instituições enquadradas no S3 podem desconsiderar as opcionalidades automáticas de taxas de juros quando o risco de opcionalidades associado não atender a critérios de relevância avaliados

de forma consistente, documentada e passível de verificação.

Os instrumentos da Carteira Bancária do Conglomerado Prudencial não possuem opcionalidades automáticas, tanto de taxas de juros quanto outros tipos (pré pagamento, etc).

Para opcionalidades comportamentais:

Na Carteira Bancária do Conglomerado Prudencial, os únicos instrumentos sujeitos a opcionalidades comportamentais são os Certificados de Depósito Bancários e Interbancários (CDBs e CDIs) com liquidez diária.

Segundo o Artigo 21, parágrafo 5, é facultado às instituições enquadradas no S3 desconsiderar os riscos de pré-pagamento que não atendam a critérios de relevância avaliados de forma consistente, documentada e passível de verificação.

Os instrumentos mencionados acima são utilizados para gerenciamento de liquidez entre entidades do grupo, como garantias em caixa de derivativos e, eventualmente, captação com terceiros. Tais operações nunca tiveram resgates antecipados. Com base nisso e no artigo mencionado acima, o Conglomerado Prudencial não considera os riscos de pré pagamento.

O Conglomerado Prudencial gerencia seu risco de mercado diversificando as exposições, controlando o tamanho das posições e estabelecendo hedges econômicos em títulos relacionados ou derivativos. O Conglomerado Prudencial faz macro hedge de suas posições, inclusive do IRRBB, assegurando que as perdas estejam de acordo com o apetite de risco estabelecido na RAS. Não é efetuado hedge contábil de risco de mercado e de fluxo de caixa.

Tabela IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB

Valores em R\$	Δ EVE		Δ NII	
	2021-1	2020-4	2021-1	2020-4
Data-base	215	5.828	179.075	166.572
Cenário paralelo de alta	89	0	53.292	58.799
Cenário paralelo de baixa	0	0		
Cenário de aumento das taxas de juros de curto prazo	0	0		
Cenário de redução das taxas de juros de curto prazo	0	0		
Cenário steepener	0	0		
Cenário flattener	0	0		
Varição máxima	0	0	0	0
Data-base	2021-1		2020-4	
Nível I do Patrimônio de Referência (PR)	2.171.680		2.118.717	

Política de Divulgação de Informações

O Conglomerado Prudencial está sujeito aos regulamentos de adequação de capital promulgados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”), que são baseados no arcabouço regulatório bancário internacional (o “Arcabouço Regulatório”) emitido pelo Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, conforme alterado periodicamente. O Arcabouço Regulatório consiste em três pilares. O Pilar 3 exige a publicação dos riscos, dos processos de gestão de riscos e da posição de capital do Conglomerado Prudencial.

O Conglomerado Prudencial possui uma política formal de divulgação aprovada pela , que trata da abordagem para determinar quais as divulgações que devem ser feitas. A política

aborda os controles internos associados à divulgação e seus respectivos controles e procedimentos. A Diretoria é responsável por estabelecer e manter uma estrutura de controle interno eficaz sobre os relatórios financeiros, incluindo as exigências de divulgação do Pilar 3, e devem garantir a revisão apropriada das divulgações.

Trimestralmente, a equipe do Pilar 3 no Brasil (“Equipe do P3”), composta por alguns membros das áreas de Controladoria e Gerenciamento de Riscos, é responsável por produzir as divulgações do Pilar 3. Isso envolve solicitar, agregar e consolidar informações relevantes, bem como preparar o material de suporte para confirmação e aprovação da alta administração.